

opinião

Dejamil em férias

EDITORIAL

Fogo amigo

Ainda se recuperando da pandemia de covid-19 e em alerta por causa da mpox que se espalha por vários países, a população mundial precisa se preocupar também com os medicamentos. Na verdade não é de hoje que as autoridades vêm sendo avisadas sobre o perigo do uso indiscriminado de antibióticos, que pode tornar doenças hoje tratáveis em males muito mais perigosos. E não somente no que diz respeito ao tratamento de doenças que acometem os humanos, mas em seu uso como promotores de crescimento de frangos, bovinos e suínos.

O mais novo alerta vem de uma rede de investidores globais chamada Fairr Initiative, que divulgou documento nesta terça-feira (3) sugerindo medidas para enfrentar a crise de resistência antimicrobiana no mundo. De acordo com a nota, ela já é reconhecida como "um risco sistêmico semelhante ao da covid-19 e à crise financeira de 2008".

O aviso veio acompanhado de dados que são muito preocupantes e afirmam que a resistência antimicrobiana é reconhecida como uma das principais ameaças à saúde e à economia globais. Ela teria causado a morte de mais pessoas do que a Aids e a malária em 2019 e, além disso, o tratamento ligado a este problema pode levar a perdas de produtividade entre US\$ 412 bilhões e US\$ 443 bilhões por ano, até 2035, alertou a entidade. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), pelo menos 700 mil pessoas morrem por ano em decorrência do problema.

Especialistas argumentam que o tom alarmista é necessário porque a resistência aos antibióticos pelas bactérias ocorre de forma muito rápida e o custo para desenvolvimento de novos medicamentos é muito alto. Sem contar que são precisos muitas vezes anos para que eles estejam disponíveis para uma grande parcela de pessoas.

Além disso, esse tipo de medicamento é utilizado geralmente para combater doenças que têm alta letalidade. Ou seja, se uma bactéria que adquira imunidade aos antibióticos existentes estiver nesse rol, certamente haverá muitas mortes no mundo, principalmente em países mais pobres, onde há escassez de recursos e de atendimento à saúde para a população mais carente.

Não é, portanto, um problema fácil de ser contornado. Demanda uma série de medidas, que incluem educação para uso e descarte correto, regramentos mais rígidos quanto ao uso em animais, sejam de estimação ou destinados à produção de alimentos, além da conscientização dos próprios médicos e farmacêuticos.

Erramos

Na edição de 3/9, na matéria sobre renúncia fiscal, na página 4A - Economia, a informação correta sobre o valor que os frigoríficos BRFS/A e JBS S/A deixaram de pagar é R\$ 369,3 milhões e R\$ 365,6 milhões, respectivamente, e não bilhões, como publicado. Pedidos de desculpas às empresas, aos leitores e anunciantes, por quem nutrimos grande respeito.

ASSUNTO ESPINHOSO

E SE AS FACÇÕES
RESOLVEREM DAR NOMES
AOS BOIS?

AÍ A VACA VAI
PRO BREJO...



Vanessa Gasch

Economista e Diretora Executiva do Movimento Mato Grosso Competitivo. Instagram: @vanessa.gasch.

Custo Brasil: infraestrutura

Como mencionei na semana passada, visando explicar o que é e disseminar o conhecimento sobre o Custo Brasil, abordarei cada um dos doze itens que compõem o indicador em meus próximos artigos. Se você não sabe o que é o Custo Brasil, sugiro que leia o meu artigo da edição de quarta-feira passada, no qual falo sobre ele.

Hoje, irei abordar o item 'dispor de infraestrutura'. Para chegar ao montante gasto a mais com infraestrutura no Brasil, quando comparado à média dos países da OCDE, são analisados os dados de custo e qualidade logística, regulação ambiental, capacidade da infraestrutura de telecomunicações, acesso à rede de saneamento e infraestrutura de mobilidade urbana. Vamos ao que importa: qual o preço que pagamos pela infraestrutura, muitas vezes precária, em nosso país? Entre R\$ 250 bilhões e R\$ 290 bilhões. Esse é o montante que acaba ficando pelo caminho devido aos problemas estruturais brasileiros. A título de comparação, o PIB do Uruguai em 2021 foi de R\$ 296 bilhões. Ou seja, é muito dinheiro!

Ressalto que o meu objetivo com esse artigo não é criticar o governo A ou B, mas sim trazer luz aos problemas que enfrentamos e tentar despertar em você, que está lendo, um mínimo de incômodo para cobrar e buscar soluções. Os problemas enfrentados no Brasil quanto aos tópicos de infraestrutura analisados são de longa data e não surgiram apenas nos últimos anos. Para que sejam resolvidos, precisamos de um plano de ação estruturado, que atinja não apenas

os grandes centros, mas, sobretudo, as regiões interioranas, onde muitas vezes a população não tem acesso a saneamento básico, por exemplo.

Podemos tomar como exemplo o estado de Mato Grosso, que sofre, sobretudo, na época de escoamento da safra. Vemos as estradas lotadas de caminhões, o que encarece o transporte da produção, dos insumos necessários para a safra e produtos utilizados pelas indústrias e comércio, atrapalha o deslocamento da população mato-grossense que precisa transitar entre municípios e aumenta o risco de acidentes. Preciso destacar que a logística do nosso estado melhorou nos últimos anos, se comparada à década passada, com a conclusão de rodovias e novas rotas de escoamento. No entanto, ainda temos muito a avançar nesse sentido.

O setor produtivo brasileiro não pode continuar perdendo, em média, R\$ 270 bilhões devido à falta de infraestrutura. Destaco, mais uma vez, que esse indicador não impacta apenas a classe empresarial, mas a todos nós, já que esse custo poderia ser convertido em mais investimentos, empregos e renda. Poderia escrever várias páginas sobre esse tema e me aprofundar, por exemplo, na necessidade de investimentos em outros modais de transporte no Brasil além do rodoviário. Contudo, finalizo este artigo com a afirmação de que resolver os desafios de infraestrutura, seja logístico, ambiental ou de acesso a serviços básicos pela população, é vital para que o país cresça de maneira justa e sustentável, impulsionando o crescimento econômico e melhorando a qualidade de vida em todas as regiões.



Bruna Santiago

é enfermeira, mestre em Ambiente e Saúde e presidente do Coren-MT

A enfermagem venceu!

Foi revogada na última semana de agosto a lei estadual nº 12.542/2024, sancionada em junho pelo governo de Mato Grosso.

A norma vinculava a oferta do cuidado íntimo, como a troca de fraldas, roupa e banho a profissionais de Enfermagem do mesmo sexo do paciente.

Caso fosse implementada conforme o texto original, geraria prejuízos à carreira e às conquistas de décadas de nossa categoria. Assim, buscamos dialogar com os deputados estaduais para demonstrar a inconveniência desta legislação. Estivemos presentes na data das votações. Buscamos o apoio de toda a categoria nas redes sociais. Finalmente, nós, do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso, podemos nos orgulhar de ter obtido a revogação desta lei.

O texto original não era apenas uma manifestação flagrante da discriminação de gênero, mas também matéria imprésta à luz da Constituição Federal - que garante o livre exercício de atividade pelo profissional qualificado. Basta considerar alguns números relativos à profissão para entender que a lei violentava também a matemática.

Ora, se de acordo com o senso de 2022 há cerca de 51,5% de cidadãs mulheres para 48,5% de homens no Brasil, o cumprimento de tal norma é matematicamente impossível. É só levar em consideração a pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil (FIOCRUZ/COFEN, 2015), de acordo com a qual mais de 85% da força de trabalho da Enfermagem é composta de profissionais mulheres. Qualquer pessoa sensata vê que é uma impossibilidade estatística o cumprimento desta lei.

No entanto, números tão eloquentes não foram suficientes para inibir o trâmite desta lei. O projeto dela foi votado pelos parlamentares e sancionado pelo governo estadual em junho. Nos manifestamos imediatamente contra, divulgamos notas de repúdio e pedidos.

O sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem não se omitiu do seu papel diante

da categoria. Não poderíamos permitir que uma visão equivocada, originada por uma questão ideológica, pudesse prevalecer contra a lógica e a justiça.

Mesmo assim, utilizando-se do subterfúgio de um pedido de vistas, alguns parlamentares da Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso conseguiram empurrar para depois do recesso de julho a votação definitiva que derrubaria a lei. Mas chegou o dia em que prevaleceu a lógica. Na sessão do dia 28 de agosto, a única parlamentar mulher na Casa, Janaína Riva (MDB), foi uma voz da razão no meio do absurdo.

'Tive três partos e tomei três anestésias, todas realizadas por médicos homens. Se fomos aprovar uma lei contra a Enfermagem, temos que aprovar uma contra médicos também!', declarou ela em plenário. Janaína ainda lembrou que a Enfermagem é uma categoria muito sofrida, especialmente levado em consideração o momento da pandemia de covid-19.

É indispensável deixar clara aqui a intencional discriminação de gênero. O texto da lei que ampara a profissão é eloquente sobre a impossibilidade de condicionar o exercício da enfermagem ao gênero do profissional, como está claro na Lei 7.498 de 1986.

Maior categoria profissional de Saúde, a Enfermagem sofre prejuízos históricos justamente pela maior presença de mulheres nos seus quadros. Convivemos diariamente com o desrespeito e a desvalorização do cuidado. Afinal, trata-se de um serviço que é costume das mulheres e que passa fora da contabilidade na economia do lar. A sexualização do cuidado com a saúde acrescenta ainda mais uma camada de preconceito.

Não podemos aceitar a concepção de que a segurança de um paciente seja determinada pelo sexo do profissional de saúde que lhe presta cuidado. Isso não possui nenhum respaldo legal, científico ou mesmo na lógica. Por tudo isso sequer podemos comemorar a revogação da lei. Apenas ressaltamos que é o prevalecimento da lógica, da matemática e da estatística mais básicas. E continuaremos sempre atentos, nossa luta continua.

Rua Professora Tereza Lobo, 30 - Bairro Consil
Cuiabá-MT - CEP 78.048-670 - Fone: (65) 3612-6000

Representação comercial
FTPI - Matriz: Alameda dos Maracatins, nº 508
9 andar Moema - São Paulo - Capital
CEP: 04089-001 - Fone: (011) 2178-8700
www.ftpi.com.br

Departamento Comercial
(65) 3612-6139 | (65) 3612-6307
Assinatura - (65) 3612-6127

Classificados
(65) 3612-6307 | 3612-6111
opec.jornal@gazetadigital.com.br

Editora de cidades
Andréia Fontes | (065) 3612-6321
cidade@gazetadigital.com.br

Editora de economia
Rita Comini | (065) 3612-6323
economia@gazetadigital.com.br

Editor de esporte
Oliveira Junior | (065) 3612-6322
esportes@gazetadigital.com.br

Editor do vida
Luiz Fernando Vieira | (065) 3612-6324
Vida@gazetadigital.com.br

Gazeta digital
Editora Executiva
Jéssica Bachega | (065) 3612-6316
redacao@gazetadigital.com.br

Editor de arte
Adalberto A. de Roma | (065) 3612-6315
adalberto@gazetadigital.com.br

Gerente industrial
Edvaldo Carneiro | (065) 3612-6203
gerenteindustrial@gazetadigital.com.br

Agências de notícias
Estadão, Carta Z, Canal 1, Agência Brasil e Gazeta Press

Colunistas sociais : Fernando Baracat e Ungareth Paz

Colunistas : Aquiles Rique Reis e Flávio Ricco

Articlistas:
Rosana Leite Antunes de Barros, Onofre Ribeiro, Renato Paiva Pereira, Coltri Jr.,
Alfredo da Mota Menezes, Jairo Pitóle Sant'Anna, Luiz Henrique Lima, Lourenbergue Alves,
Saulo Gouveia, Gonçalo Antunes de Barros Neto, Gustavo Oliveira, Tiago Itacaramby.

Cartas para as seções de Opinião e Do Leitor
articulistas@gazetadigital.com.br

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou
articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores

Jornal A Gazeta e portal GD
PABX (065) 3612-6000

Mande seu whats
(65) 9 9987-2106

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS